

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****PARECER PRÉVIO Nº 25/2016 — TCE – TRIBUNAL PLENO****1-Processo TCE nº 2639/2010 (5 vls.).****Apensos:** Processos nº 1780/2010 (2 vols.), 1781/2010 e 4991/2009**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Tapauá.**4- Exercício:** 2009.**5- Responsáveis:** Srs. Elivaldo Herculino dos Santos (no período de 01/01/2009 a 20/10/2009); Raimundo Veríssimo Alves (no período de 21/10/2009 a 18/12/2009) e Francisco Cássio Nunes Brandão (no período de 19/12/2009 a 31/12/2009), Prefeitos Municipais de Tapauá, à época.**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação Conclusiva nº 59/2013 (fls. 908/911).**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2157/2016-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 926/929v).**8- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.**Ementa:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tapauá. Exercício de 2009.*Emissão de Parecer Prévio. Desaprovação das Contas dos srs. Elivaldo Herculino dos Santos e Raimundo Veríssimo Alves. Aprovação das contas do Sr. Francisco Cássio Nunes Brandão.***9- PARECER PRÉVIO:**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante d Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE Parecer Prévio, recomendando ao Poder legislativo Municipal de Tapauá:

a) **REPROVAÇÃO DAS CONTAS** do Prefeito Municipal de Tapauá, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do **Sr. Elivaldo Herculino dos Santos**, no período de **01/01/2009 a 20/10/2009**, nos termos do art. 31, parágrafos 1º e 2.º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1.º, inciso I e art. 29 da Lei n.º 2423/96;

b) **REPROVAÇÃO DAS CONTAS** do Prefeito Municipal de Tapauá, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do **Sr. Raimundo Veríssimo Alves**, no período de **21/10/2009 a 18/12/2009**, nos termos do art. 31, parágrafos 1º e 2.º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1.º, inciso I e art. 29 da Lei n.º 2423/96;



PARECER PRÉVIO Nº 25/2016 — TCE – TRIBUNAL PLENO

c) APROVAÇÃO DAS CONTAS do Prefeito Municipal de Tapauá, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do **Sr. Francisco Cássio Nunes Brandão**, no período de **19/12/2009 a 31/12/2009**, nos termos do art. 31, parágrafos 1º e 2º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1.º, inciso I e art. 29 da Lei n.º 2423/96;

10- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTASACÓRDÃO Nº 25/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2016)

1-Processo TCE nº 2639/2010 (5 vls.).

Apenso: Processos nº 1780/2010 (2 vols.), 1781/2010 e 4991/2009

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tapauá.

4- Exercício: 2009.

5- Responsáveis: Srs. Elivaldo Herculino dos Santos (no período de 01/01/2009 a 20/10/2009); Raimundo Veríssimo Alves (no período de 21/10/2009 a 18/12/2009) e Francisco Cássio Nunes Brandão (no período de 19/12/2009 a 31/12/2009), Prefeitos Municipais de Tapauá, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação Conclusiva nº 59/2013 (fls. 908/911).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2157/2016-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 926/929v).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tapauá. Exercício de 2009.

Contas Irregulares. Contas Regulares com Ressalvas. Alcance. Multas. Prazo. Determinação à origem. Remessas dos autos ao MPE. Ciência aos interessados.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relato, **em parcial consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Tapauá, referente ao exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do Gestor, ordenador de despesa, **Sr. Elivaldo Herculino dos Santos**, no período de **01/01/2009 a 20/10/2009**, conforme o art. 22, inciso III, alínea “b”, “c” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

9.2- Julgar Irregular a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Tapauá, referente ao exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do Gestor, ordenador de despesa, **Sr. Raimundo Veríssimo Alves**, no período de **21/10/2009 a 18/12/2009**, conforme o art. 22, inciso III, alínea “b”, c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

9.3- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Tapauá, referente ao exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do Gestor, ordenador de despesa, **Sr. Francisco Cássio Nunes Brandão**, no período de **19/12/2009 a 31/12/2009**, conforme o art. 22, inciso II, c/c art. 24, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

**ACÓRDÃO Nº 25/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2016)

9.4- Considerar em alcance o Gestor Responsável, ordenador de despesa, **Sr. Elivaldo Herculino dos Santos**, no montante de **R\$1.658.651,70**, com devolução aos cofres públicos do município de Tapauá, corrigidos, com fulcro no artigo 304, III, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE, devido às restrições acostadas nos itens 31/36, do Relatório/Voto;

9.5- Aplicar multa ao Sr. Elivaldo Herculino dos Santos, Prefeito do Município de Tapauá no período de **01/01/2009 a 20/10/2009**, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, **no valor de R\$ 12.000,00**; em face do disposto nos itens 16/17; 18/20; 21/22; 23/25; 26/30, do Relatório/Voto;

9.6- Aplicar multa ao Sr. Elivaldo Herculino dos Santos, Prefeito do Município de Tapauá no período de **01/01/2009 a 20/10/2009**, com fulcro no artigo 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, V, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, **no valor de R\$ 18.000,00**; em face do disposto nos itens 31/36, do Relatório/Voto;

9.7- Aplicar multa ao Sr. Elivaldo Herculino dos Santos, Prefeito do Município de Tapauá no período de **01/01/2009 a 20/10/2009**, com fulcro no artigo 308, II, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, por atraso na remessa das informações via sistema ACP nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, de 2009 (9 meses), **no valor de R\$ 9.864,27**;

9.8- Aplicar multa ao Sr. Raimundo Veríssimo Alves, Ordenador de Despesas do Município de Tapauá no período de **21/10/2009 a 18/12/2009**, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, **no valor de R\$ 8.800,00**; em face do disposto nos itens 16/17; 18/20; 21/22; 23/25; 26/30, do Relatório/Voto;

9.9- Aplicar multa ao Sr. Raimundo Veríssimo Alves, Ordenador de Despesas do Município de Tapauá no período de **21/10/2009 a 18/12/2009**, com fulcro no artigo 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, **no valor de R\$ 4.400,00**; em face do disposto nos itens 37/41, do Relatório/Voto;

9.10- Aplicar multa ao Sr. Raimundo Veríssimo Alves, Ordenador de Despesas do Município de Tapauá no período de **21/10/2009 a 18/12/2009**, com fulcro no artigo 308, II, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, por atraso na remessa das informações via sistema ACP nos meses de outubro e novembro, de 2009 (2 meses), **no valor de R\$ 2.192,06**;

9.11- Aplicar multa ao Sr. Francisco Cássio Nunes Brandão, Ordenador de Despesas do Município de Tapauá no período de **19/12/2009 a 31/12/2009**, com fulcro no artigo 308, II, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, por atraso na remessa das informações via sistema ACP nos meses de dezembro, de 2009 (1 mês), **no valor de R\$ 1.096,03**;

9.12- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para os Srs. Elivaldo Herculino dos Santos, Raimundo Veríssimo Alves, Francisco Cássio Nunes Brandão, recolherem **suas respectivas multas** aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;



ACÓRDÃO Nº 25/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2016)

9.13- Determinar à origem que:

a) Cumpra o disposto no art. 15, §1º da Lei Complementar nº 06/1991, com redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e a Resolução nº 07/2002-TCE;

b) Cumpra o art. 52, da Lei Complementar nº 101/2000 c/c art. 165, §3º, da CF/88, relativo a tempestividade da remessa dos Relatórios de Execução Orçamentária (Bimestrais), da municipalidade;

c) Observe os Princípios da Publicidade (art. 37, CF/88) e da Transparência (art. 48, LC 101/2000), corolários da segurança jurídica;

d) Cumpra o disposto no art. 1º, I, da Resolução nº 04/1998 TCE/AM, quanto ao Relatório do Conselho Municipal da FUNDEB;

e) Cumpra o disposto no art. 77, III, §3º, do ADCT, que trata do acompanhamento ou fiscalização por parte do Conselho Municipal de Saúde;

f) Cumpra o disposto no art. 94, da Lei nº 4.320/1964, que trata do Controle Patrimonial do ente público.

9.14- Determinar a remessa de cópia dos presentes autos ao Ministério Público Estadual, para a apuração de possíveis atos de improbidade administrativa e criminais;

9.15- Notificar os interessados com cópia do Relatório/Voto e do Parecer Prévio/ Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

10- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral